

DÍAZ-ANDREU, MARGARITA. ARQUEOLOGIA: CRÍTICA E HUMANISTA. SÃO PAULO: FONTE EDITORIAL, 2019

Tais Pagoto Bélo

Como citar esta resenha:

BÉLO, Tais Pagoto. *Díaz-Andreu, Margarita. Arqueologia: crítica e humanista. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.* In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.32., p. 215-219, Jul-Dez. 2019.

Recebido em: 07/10//2019

Aprovado em: 28/10//2019

Publicado em: 15/12/2019

ISSN 2316 8412



Resenha: Díaz-Andreu, Margarita. *Arqueologia: crítica e humanista*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019

Tais Pagoto Bélo^a

A obra “Arqueologia: crítica e humanista” tem como autora a prestigiada professora Margarita Díaz-Andreu, pesquisadora do ICREA, catedrática de Arqueologia da Universidade de Barcelona, além de ter sido professora da Universidade de Durham (1996 – 2011), com várias obras publicadas por editoras conceituadas, como Oxford U. P. e Cambridge U. P. O livro em questão foi elaborado como fruto de sua estadia no Brasil, durante o ano de 2013, com apoio da FAPESP, a convite de Pedro P. A. Funari, professor titular da Unicamp, o qual já almejava sua vinda desde 1999. O livro é resultado das aulas dadas aos alunos da Unicamp, os quais, de forma empolgada e dedicada, decidiram traduzi-las.

A publicação se inicia com um texto introdutório elaborado pelo Prof. Funari, intitulado “Uma Arqueologia crítica e Humanista,” no qual descreve os arcaísmos acadêmicos para o surgimento do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O professor comenta que o surgimento da própria Universidade foi resultado de um movimento contra um regime de força, acolhendo cientistas notáveis que foram perseguidos, motivo pelo qual a instituição acabou se destacando, por ser voltada à sociedade e à diversidade. Esse fato refletiu em sua Arqueologia, a qual amparou Paulo Duarte (1899 – 1984), arqueólogo libertário, que teve como objetivo a popularização do conhecimento e abriu as portas para Niède Guidon.

Em sequência, a Apresentação do livro foi delineada por Cláudio U. Carlan, Professor Doutor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), com um texto chamado “Arqueologia ontem e hoje”. Nele, comenta sobre a importância que a autora teve em criticar, de forma veemente, os bastidores político-ideológicos do início da disciplina arqueológica, durante o Imperialismo e o Colonialismo europeu.

Continuando a leitura, no Prefácio, de Lúcio M. Ferreira, Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que tem como título “As diferentes vozes da História da Arqueologia”, comenta-se uma diversidade de temas que a obra abarca, desde etnicidade até nacionalismo, imperialismo, colonialismo, gênero e turismo. Houve uma preocupação em comentar o ponto de vista da autora, o qual é catalogado em três razões de importância: a desnaturalização de categorias arqueológicas; a disciplina gestou o eu e o outro, sem considerar valores consubstanciais nas análises; e as primeiras ideias levam a se pensar as práticas do presente e o redirecionamento do futuro.

A obra possui seis capítulos e inicia com a “História da Arqueologia: cinco perspectivas diferentes”, que foi baseado no “The Oxford Companion of Archaeology”, evidenciando cinco vozes que sobressaltam eixos comuns das relações da História, da Arqueologia e do mundo contemporâneo. A leitura das vozes demonstra uma resistência através de críticas à disciplina. A primeira voz argumenta contra as Arqueologias Americana e Britânica, as quais se fecham e apenas homenageiam seus próprios estudiosos, com o uso de um olhar nacionalista, imperialista e colonialista. A segunda voz critica a tentativa da existência da história silenciada, ou seja, aquela que acredita apenas no protagonismo da Europa e da América do Norte, mas que foi ampliada pela institucionalização de museus, sociedades científicas, legislação e até pelo patrimônio turístico. A terceira voz aborda o nacionalismo, o qual a autora menciona que foi crucial à origem da disciplina, permitindo sua institucio-

^a Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Apoio financeiro da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil.

nalização e profissionalização do saber. A quarta voz diz respeito ao Imperialismo, que levou à busca de monumentos antigos e civilizações para além da Europa e América do Norte. A quinta voz demonstra os usos ideológicos da Arqueologia de forma positiva e negativa e como a política se beneficiou disso.

No segundo capítulo, intitulado “Gênero e arqueologia: uma nova síntese”, Díaz-Andreu, ao criticar a pequena dimensão desse tipo de estudo na Espanha, também acaba abordando “gênero” e “sexo”, evidenciando um olhar multidimensional e diversificado, além de deixar claro que a identidade social é determinada cultural e historicamente. Além disso, a autora faz um aparato cronológico em relação ao “gênero”, da psicanálise, passando pela Antropologia, até chegar na Arqueologia, com os trabalhos revolucionários de Gero & Spector (1983) e de Conkey e Spector (1984). Critica a lentidão da Arqueologia em adotar o conceito de “gênero”, comparada à Antropologia, e culpa a demora do Pós-Processualismo em se impor, uma vez que, para ela, “gênero” é Pós-Processual. Diferencia a Arqueologia de Gênero da Arqueologia Feminista, em que, em seu ponto de vista, a primeira trata de todos os gêneros, enquanto a segunda é centrada nas mulheres. Seguindo as críticas da década de 1980, comenta que a amostragem masculina na Arqueologia sempre apareceu de forma mais positiva, além de que, quando as mulheres eram incluídas, eram mencionadas de modo secundário. Critica a interpretação binária do uso do espaço, que pode trazer efeitos às relações de gênero; recrimina a explicação pré-concebida ou pré-fixada para sepultamentos, como se existissem objetos que seriam “certos” para homens e outros para mulheres. Além disso, menciona o ponto de vista da Arqueologia tradicional, do século XIX, com suposições evolucionistas, que demonstrava que a hierarquia de gênero é algo natural do ser humano. Contudo, para a professora, a Arqueologia de Gênero contribui de forma profunda para o enriquecimento do estudo da própria Arqueologia, de maneira a propor um novo viés.

A estudiosa inicia o terceiro capítulo, nomeado “Gênero e Antiguidade: propostas da tradição anglo-americana”, comentando sobre José R. Mélida, catedrático de Arqueologia, da Universidade de Madrid, e seu texto sobre “As mulheres da Antiguidade no banheiro” (1894). Ela o utiliza para evidenciar que as categorias de homem e mulher são interpretadas de maneira diferente de acordo com o tempo, com atributos provindos do meio social, da localização geográfica e da identidade étnica. A autora teve como intuito demonstrar a contribuição dos estudos de gênero à Antiguidade, debruçou-se em autores(as) de origem inglesa, incluiu a interdisciplinaridade e, além de tratar da cultura material, também apresenta dados das fontes textuais. Ao citar S. Dixon, salienta que os textos antigos foram escritos por homens, com mulheres invisíveis ou minimizadas, e que, além desse fato, a maioria dessas fontes trata a mulher como o “outro”. Critica a não inserção de Classistas em obras gerais sobre gênero e coloca um senso cronológico ao estudo, iniciando com a famosa obra de S. Pomeroy (1975) e com os estudos sobre as mulheres em campo, desenvolvidos por L. Allason-Jones (1989), marcando a década de 1970 como o período em que o termo “gênero” apareceu na Antropologia, e na década seguinte, o mesmo termo apareceu na Arqueologia Pré-Histórica, através do artigo de Conkey e Spector (1982), além do uso do termo “sexo” por M. Wyke (1997) e M. Skinner (2005). Em 1990, com o crescente interesse acerca do “gênero” na Antiguidade, L. Zamati (1994) acaba criticando a Arqueologia Clássica por não ter entusiasmo sobre o assunto, e Revell (2010) denuncia que todos os estudiosos deveriam refletir a respeito do “gênero”, a fim de não ser tratado como uma subdisciplina. Cita S. Spencer-Wood e P. Allison (2011) denunciando o androcentrismo atual, o que faz com que o estudo da mulher na Antiguidade seja deveras importante. Pontua que a questão do gênero na Antiguidade precisou de termos específicos para práticas sexuais diversas à interpretação de Pompeia e Herculano, por exemplo, além de casos de hermafroditas, bissexuais, eunucos e outras diversidades. Por fim, evidencia alguns estudos de caso para demonstrar as dificuldades e diferentes pontos de vista dos estudos de gênero na Antiguidade, correlatando o assunto com identidades étnicas e status.

O quarto capítulo sai das questões de gênero e abre o assunto a respeito de “Identidade étnica e Arqueologia”,

iniciando-se com o debate do começo do século XX acerca de “povos” e “nações,” termos substituídos por “culturas arqueológicas”. Para a autora, a etnicidade está ligada à autoimagem de uma pessoa ou à imagem produzida por outros, resultantes da identificação com um ou mais grupos, considerando a identidade como algo multidimensional, já que cada indivíduo é associado a vários grupos que poderiam ser classificados dentro da definição de etnicidade. Compreende que cada indivíduo é ativo em relação às suas identidades étnicas e às negociações diárias, fazendo com que uma ou várias delas se manifestem, sendo que as etnias possuem fluxo contínuo e podem desaparecer. Discute o termo “comunidades,” o qual foi introduzido na última década para fazer referência ao coletivo social que divide um espaço geográfico, e define grupos como indivíduos que se mantêm unidos por viverem juntos na mesma povoação e através de práticas de afiliação, apontando que nem toda identidade de um grupo está presa pelos laços étnicos. A estudiosa não deixa de expor a origem dessa discussão, que se iniciou na virada do século XIX para o XX, dentro do Histórico-Culturalismo, protagonizada por G. Kossina com o uso do termo “cultura”, momento na Arqueologia em que as mudanças na cultura material eram vistas como resultado de invasões ou substituições de grupos étnicos, além de haver uma obsessão pela busca da origem dos povos. Denuncia o Processualismo, com seus métodos de análise de registros e formação de sítios, método hipotético-dedutivo e por ter uma visão fixa do comportamento humano. Entretanto, salienta que, na Antropologia dos anos 1970, F. Barth propôs que a identidade não fosse objetificada, deixando de lado a cultura material, porém, mais tarde, Cohen (1978) considera a fluidez da etnicidade como elemento significativo das relações sociais. Nenhum deles chegou à conclusão de que a identidade étnica é multidimensional e que múltiplas identificações étnicas coexistem na mesma pessoa, além de que o termo “identidade étnica” não era aplicável para sociedades pré-capitalistas por autores como Eriksen (1993). Dentre essas classificações, Díaz-Andreu demonstra as tentativas dentro do senso de divisão nacionalista de como classificar o “outro.” Finaliza seu artigo citando os trabalhos de I. Hodder (1982), ao evidenciar como a cultura material pode ser ativa na criação de relações sociais, enfatizando seus significados, e como a interação cultural depende de estratégias e intenções dos grupos. Conclui citando obras e autores significantes nessa área, assim como Shennan (1989) e Jones (1997).

O quinto capítulo, às luzes das questões do turismo e da ética, é resultado da organização de um número da *International Journal of Historical Archaeology*, feito pela professora espanhola sobre uma sessão que ocorreu no *Theoretical Archaeology Group (TAG)*, na Universidade de Durham, em 2009, o qual teve o intuito de discutir questões teóricas referentes ao turismo arqueológico e incluiu temas como: a mudança do papel da arqueologia turística cultural, memória, monumentos, museus e éticas, assuntos que despertaram considerações sobre a administração do patrimônio, turismo arqueológico, construção de identidades, transformação de sítios e museus em mercadorias, conservação, autenticidade, turismo de massa, patrimônio como atividade estatal institucionalizada, identidades regionais e locais e o uso da arqueologia como vetor para a descolonização do discurso histórico. Inicia o texto pelo turismo arqueológico e como ele deve ser transformado por arqueólogos com o intuito de ser utilizado como uma economia de mercado e, assim, consumido (*commodification*). Entretanto, essa atividade levantou pontos éticos que levaram a casos tensos, os quais deram origem a órgãos como o CRM (*Cultural Resource Management*) e a acordos como a Carta de Veneza. Conseqüentemente, isso deu origem a publicações, durante a década de 1970, relacionadas ao modo como os vestígios poderiam ser mais bem percebidos e tratados, assim como restos mortais e comunidades vivas e suas relações com o passado. São comentados alguns atos que muitas vezes envolveram a devolução de bens culturais apropriados antes por museus internacionais, abrangendo também o tráfico ilícito de objetos. Esses problemas levaram a UNESCO, em 1970, a aprovar a “Convenção sobre os Instrumentos de Proibição e Prevenção da Importação”. Já o ano de 1980 é colocado como o início dos debates acerca das responsabilidades éticas na Sociedade de Arqueologia Americana e no Congresso Mundial de Arqueologia, surgindo os códigos de ética em 1990. A autora menciona que o turismo foi

fundamental para o patrimônio cultural, delineando que seu início se deu mais facilmente em países com monumentalidades e que, na América Latina, somente ocorreu depois do apoio ao indigenismo. Atualmente, os arqueólogos estão muito ativos no turismo como promotores, tendo iniciativas comunitárias, assim como o advento de museus locais, obtendo uma legislação própria e sofrendo consequências econômicas pela globalização. Além disso, contam com órgãos supranacionais, como a UNESCO, que cuidam do patrimônio comum da humanidade. Dessa forma, demonstra que, por mais que a Arqueologia já tenha servido para sustentar o passado das “nações”, hoje ela legitima a existência de grupos presentes.

A estudiosa finaliza a obra apresentando outro capítulo sobre o turismo, denominado “Turismo e Arqueologia: um olhar histórico para uma relação silenciada”, no qual é descrita toda a desenvoltura histórica e mercantilista dessa área. Ela o inicia salientando que o turismo arqueológico começou através do nacionalismo do século XIX, do surgimento dos museus, do interesse por monumentos históricos e remanescentes do passado, além de ter sido um movimento aristocrático, mas que deixou de ser com o aparecimento da classe média. Discute a base que une o Turismo e a Arqueologia e como a relação entre os dois temas mudou ao longo do tempo, levando, conseqüentemente, a uma transformação mercantilista. Explica que durante o século XIX foram as exposições universais que popularizaram o passado da nação. Menciona, ainda, que os meios de transporte, tanto aqueles a vapor quanto os automotivos, facilitaram o turismo arqueológico, adicionando o transporte aéreo para o surgimento do turismo em massa, o que aumentou também o risco ao patrimônio, além do risco aos negócios da Arqueologia.

A implicação do teor da obra destina-se a qualquer estudioso da Arqueologia, uma vez que essa é uma leitura densa e dinâmica, a qual não hesita em repreender os vários parâmetros que a disciplina já seguiu e as vaidades que ainda enclaustram o mundo dos embates acadêmicos, revelando uma resistência crítica que eclode em um novo olhar, que finaliza no esforço comunitário. Passado, presente, memória, grupos, nações, povos são colocados como uma multiplicidade de ideias que a autora explicita e faz o leitor clamar por um uso mais holístico de uma área tão criativa, lucrativa e ao mesmo tempo tão polêmica.

A exclusividade dessa leitura se faz pela ousada manifestação da autora em evidenciar de forma contundente aspectos da Arqueologia que a tornaram cúmplice de políticas nacionais e que, de outro modo, ainda perpetuam um preconceito acadêmico baseado em um passado imperialista. Nesse contexto, a estudiosa expõe, por suas informações, novos vieses da Arqueologia, uma vez que essa área se mostra liberta das amarras políticas e ideológicas do passado para também servir como poder para grupos minoritários atuais.